

A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO BRASIL E NA ARGENTINA: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS A PARTIR DO CONTEXTO POLÍTICO EDUCACIONAL (1930-1985)¹

Giovanni Dalcastagne

Universidade Estadual de Campinas/Brasil
gio.dalcastagne@gmail.com

Luis Enrique Aguilar

Universidade Estadual de Campinas/Brasil
luis.aguilar@merconet.com.br

Envio original: 30-11-2018. Revisões requeridas: 18-02-2018. Aceitar: 12-03-2018. Publicado: 18-04-2018.

Resumo

Este estudo tem como objetivo apresentar um panorama histórico em escala nacional, tanto no Brasil quanto na Argentina, da trajetória histórica da Educação Física escolar entre 1930 e 1985, priorizando o contexto político educacional. Do ponto de vista do método, este trabalho segue a perspectiva comparativa com enfoque na abordagem histórica da Educação Física no contexto educacional. Foi possível perceber, no panorama estudado, diferenças e semelhanças significativas nos cenários brasileiro e argentino. Ademais, constatamos que por meio de determinações políticas se estabeleceram orientações para a Educação Física que se ajustassem as expectativas e demandas socioeconômicas dos contextos brasileiro e argentino no período considerado para o estudo.

Palavras-chave: Educação Física - Política Educacional – Esporte - História da Educação Física.

La Educación Física escolar en Brasil y Argentina: consideraciones históricas a partir del contexto político educativo (1930-1985)

Resumen

Este estudio tiene como objetivo presentar un panorama histórico a escala nacional, tanto en Brasil como en Argentina, de la trayectoria histórica de la Educación Física escolar entre 1930 y 1985, priorizando el contexto político educativo. Desde el punto de vista del método, este trabajo sigue la perspectiva comparativa con enfoque en abordaje histórico de la Educación Física en el contexto educativo. Fue posible percibir, en el panorama estudiado, diferencias y similitudes significativas en los escenarios brasileño y argentino. Además, constatamos que por medio de determinaciones políticas se establecieron orientaciones para la Educación Física que se ajustaran las expectativas y demandas socioeconómicas del contexto brasileño y argentino en el período considerado para el estudio.

Palabras clave: Educación Física - Política Educativa – Deporte - Historia de la Educación Física.

The School Physical Education in Brazil and Argentina: historical considerations from the political educational context (1930-1985)

¹ Este texto é um produto parcial e componente de pesquisa de doutorado desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Abstract

This study aims to present a historical panorama, both in Brazil and Argentina, of the historical trajectory of Physical Education between 1930 and 1985, prioritizing the political educational context. From the point of view of the method, this work follows the comparative perspective with focus on the historical approach of Physical Education in the educational context. It was possible to perceive, in the studied panorama, significant differences and similarities in the Brazilian and Argentine scenarios. In addition, we verified that through political determinations, guidelines were established for Physical Education that adjusted the expectations and socioeconomic demands of the Brazilian and Argentine context in the period considered for the study.

Keywords: Physical Education - Educational Politics – Sport - History of Physical Education.

Introdução

O período após os anos 1930 indicou vastas mudanças no contexto histórico, político e econômico brasileiro e argentino. O ano de 1930 pode ser caracterizado como um divisor de águas para a história política dos dois países, sendo que a partir desse momento registramos interrupções da vida institucional. No Brasil, um movimento armado derrocaria o governo eleito (acontecimento também conhecido como a “Revolução de 1930”) e colocaria Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório; desse modo, declarava-se o fim da República Velha. Na Argentina se visualiza o que seria o primeiro de seis Golpes de Estado ocorridos no século XX; o Golpe de 1930 levou o General José Félix Uriburu ao Governo da Nação (cargo que ocupou até 20 de fevereiro de 1932). É nesse período que a Argentina vivenciou o que foi denominado de a “Década Infame”, fazendo referência às sucessivas fraudes eleitorais e a diversas mudanças no contexto do país.

Pode-se dizer que a década de 1930 estabeleceu mudanças em diversos aspectos nos dois países em questão, sendo de ordem econômica, política, cultural e social. Dessa forma, fica claro que a dimensão educacional também assumiria papel importante na dinâmica de modificações que se desenhavam. No Brasil, por exemplo, a reorganização educacional esteve estreitamente ligada ao projeto de hegemonia da burguesia industrial que se desenvolvia e, naturalmente, nas influências decisivas exercidas na elaboração das políticas governamentais. É a partir desse período que se observam políticas claras de transição de um modelo agrário-exportador para uma sociedade urbano-industrial.

A questão da Educação Física² enquanto conteúdo institucionalizado na sua forma escolar também entraria nessa dinâmica de mudanças e desafios. Brasil e Argentina se ocupariam das práticas corporais no ambiente escolar conforme seus planos de ação e com características próprias e arranjos distintos, apesar de apresentarem muitas semelhanças entre si.

² Optou-se por utilizar o termo “Educação Física” com as iniciais em maiúsculo fazendo referência à área do conhecimento e a disciplina escolar institucionalizada.

É justamente esse conjunto de semelhanças e diferenças que fundamenta e legitima o exercício comparativo entre Brasil e Argentina. Para situar o cenário e se ter uma ideia dessas proximidades e distanciamentos, um bom exemplo é a influência exercida, tanto no Brasil quanto na Argentina, pelos métodos ginásticos e a concepção de Educação Física moldada pelo contexto europeu de fins do século XVIII e, principalmente, do século XIX. É certo, nesse sentido, que cada país manteve suas especificidades na formação e organização da área em questão. Outro exemplo de proximidade entre ambos os países se configura pela ação e tensão protagonizada, nas primeiras décadas do século XX, de um lado, pelo pensamento médico-higienista e o projeto desenvolvido pelos médicos em relação à Educação Física na escola e, de outro, pela corrente militarista e sua atuação.

Entretanto, se no Brasil fica difícil falar em uma Educação Física escolar nacional obrigatória (pelo menos na legislação) até a década de 1930, na Argentina, em contrapartida, já se pode estabelecer com a *Ley de Educación Común* nº 1.420, de 1884, concretamente uma educação física escolar em âmbito nacional. Com a Lei 1.420, a educação física começa a figurar como componente escolar necessário para a sociedade argentina; sua prática é considerada fundamental e seu espaço vai se estabelecendo de acordo com o Sistema de Educação Nacional.

Considerando que no Brasil, a partir dos anos 1930, se torna mais evidente uma tentativa de pensamento educacional em escala nacional e, conseqüentemente, a Educação Física se localiza nesse quadro, optou-se por selecionar este período como ponto de partida para o estudo. O período final do recorte temporal estabelecido se configura pelo fim dos regimes ditatoriais, na Argentina e no Brasil, nos anos de 1983 e 1985 respectivamente. Dessa forma, o período final deste texto se caracteriza, não como fechamento deste assunto, mas mais como ponto de partida para outros estudos, levando em conta que se buscou, muito brevemente, dar uma ideia do que seria o desenvolvimento da Educação Física e de suas concepções a partir do processo de redemocratização nos dois países.

Do ponto de vista do método, este estudo segue a perspectiva comparativa com enfoque na abordagem histórica da Educação Física no contexto político educacional. Diante disso, alguns esclarecimentos merecem ser apontados: o primeiro diz respeito às possíveis generalizações neste processo comparativo, ou seja, não se pretende de forma alguma substituir uma análise pormenorizada dos casos brasileiro e argentino. O que se pretende fazer é traçar um panorama histórico da situação da Educação Física nas políticas educacionais em escala nacional, não significando, evidentemente, que as particularidades locais e o cotidiano escolar sejam irrelevantes.

O segundo esclarecimento diz respeito à maneira expositiva que se desenvolve este texto, isto é, embora se tenha seguido um formato que privilegiou a exposição separada dos elementos históricos dos dois países em questão, não se perdeu de vista o sentido comparativo entre eles.

Conforme o referencial teórico-metodológico adotado, este estudo teve como base a pesquisa bibliográfica e documental, considerando, especialmente, fontes primárias (Documentos oficiais dos dois países em questão; Leis, decretos e demais disposições normativas) e fontes secundárias (fontes bibliográficas relativas às políticas educacionais e aos estudos sobre a Educação Física, originários tanto do Brasil quanto da Argentina).

Considerando estes apontamentos preliminares, este estudo estabelece como objetivo apresentar um panorama histórico em escala nacional, tanto no Brasil quanto na Argentina, da trajetória histórica da Educação Física escolar entre 1930 e 1985, priorizando o contexto político educacional.

Mudanças, disputas e controle: a Educação Física entre os anos de 1930 e 1940

No Brasil, as mudanças na área educacional são notáveis, prontamente, com o governo provisório empossado em 1930, sendo uma das primeiras medidas a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como ministro Francisco Luís da Silva Campos. “Já no primeiro semestre de 1931 o ministro da Educação e Saúde Pública baixou um conjunto de sete decretos, conhecidos como Reforma Francisco Campos” (Saviani, 2007: 195), que trataram da reforma do ensino secundário, comercial e superior; o Conselho Nacional de Educação também esteve inserido nesse conjunto de decretos, tendo sido criado pelo Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931. De acordo com Saviani (2007), se torna claro, com essas medidas, a orientação do governo de ocupar-se da educação como questão nacional.

A questão da Educação Física na escola também sofreu influências desse novo direcionamento que a educação, agora se desenhando como assunto de caráter nacional, adquiria no contexto que se firmava. Ou seja, na prática a Educação Física não teve, de fato, sua obrigatoriedade no ambiente escolar até a década de 1930, sendo seu alcance limitado no que se refere ao território nacional, além de sofrer distintas intervenções por meio de formulações legais – levando em conta a divisão político-administrativa brasileira.

Não se pode perder de vista, com isso, que entre a segunda metade do século XIX e a década de 1930, ocorreu uma forte influência do pensamento médico-higienista (Soares, 2012) e o processo de escolarização projetado pelos médicos (Paiva, 2004), que direcionavam a Educação Física como condição fundamental na regeneração e no revigoreamento da raça brasileira (Soares, 2012). Ainda é importante ressaltar as relações da Educação Física com o militarismo, onde é possível indicar, como via de exemplo, as atividades físicas desenvolvidas nas escolas militares, com destaque para a esgrima, a ginástica e a natação (Marinho, 1952).

Já na década de 1930, no contexto da Reforma Francisco Campos, como evidenciado no Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário, os exercícios de educação física eram obrigatórios, nos estabelecimentos de ensino secundário, para todas as classes; a higiene escolar também é destacada no referido Decreto, demonstrando a forte influência do pensamento médico-higienista para com a educação (física) nacional. Na reforma do ensino comercial, não se fez menção à educação física.

No conjunto de mudanças educacionais ocorridas no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), ainda cabe ressaltar, com foco na Educação Física escolar, a Constituição de 1937 e as Reformas Capanema.

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, estabelece explicitamente, no seu art. 131, a obrigatoriedade da educação física, do ensino cívico e o de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias (Brasil, 1937). Logo na sequência, é posto em relevo a clara intenção em relação à disciplina moral e o adestramento físico, de caráter vinculado à produção capitalista vivenciada naquele momento e ao nacionalismo difundido no governo Vargas. Cabe, nesse sentido, citar o art. 132 que diz:

O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como **promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico**, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação (Brasil, 1937, grifo nosso).

Na década de 1930, se constata a ideia de uma política nacional de educação, sendo, para Fernando de Azevedo³, a Constituição de 1937 o ponto culminante da política nacional de educação e cultura (Saviani, 2007). No mesmo ano de 1937, com a Lei nº 378, de 13 de Janeiro, que dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, é criada a Divisão de Educação Física (DEF). Nas circunstâncias do Estado Novo, não se pode deixar de mencionar a postura centralizadora adotada pelo Ministério da Educação e Saúde – denominação assumida após a Lei nº 378 –; condição que estava totalmente ligada à centralização de poder característica da Era Vargas.

No quadro ditatorial do Estado Novo, a Educação Física teve seu lugar garantido, obviamente ligado ao espírito governamental de Getúlio Vargas, sendo contemplada como prática educativa obrigatória até a idade de vinte e um anos, nas leis orgânicas do ensino industrial, secundário e comercial, no seio das conhecidas Reformas Capanema. Ainda, nesse conjunto de reformas, se inclui o

³ Fernando de Azevedo (1894-1974) foi um reconhecido estudioso de questões educacionais no Brasil e membro do movimento escolanovista. Professor, Jornalista, Crítico e Sociólogo, Fernando de Azevedo foi um dos principais pensadores do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, tendo dedicado parte de seus estudos também à questão da Educação Física.

Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Com Gustavo Capanema Filho à frente do Ministério da Educação e Saúde, além das reformas citadas anteriormente, foi fundado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), instituída a Universidade do Brasil e, especificamente relacionado à Educação Física, foi criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, vinculada à referida Universidade, no ano de 1939.

No ano de 1946, já com a queda de Vargas, as reformas continuaram e a Educação Física se manteve nas leis orgânicas do ensino primário, normal e agrícola (Decreto-lei nº 8.529 e Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946; Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, respectivamente) Precisamente, no caso do ensino primário fundamental, a Educação Física esteve presente no curso primário elementar e complementar; nas disciplinas do curso primário supletivo a Educação Física não era citada.

Referente às leis orgânicas do ensino primário e do ensino normal, Cury assinala que “essas duas, pelo seu título, pela sua destinação e pelo sentido federativo do País, definiam orientações para áreas até então sob direção dos Estados” (Cury, 2011: 362).

Esse cenário indica que a trajetória da Educação Física na escola, até meados dos anos 1940, esteve prioritariamente aplicada no que concerne ao ensino secundário, o que de fato não foge das indicações legais visualizadas até o momento. Embora a Constituição de 1937 tenha estabelecido a obrigatoriedade da educação física em todas as escolas primárias, normais e secundárias, na prática, como já foi destacado no estudo de Betti (1991), no ensino primário ela não era efetivada em nível nacional, considerando que alguns poucos estados mantinham as atividades de educação física. No caso do ensino secundário, a grande maioria dos estabelecimentos cumpria as exigências legais relacionadas à educação física. Essa situação nos mostra que a ênfase dada ao ensino secundário na política educacional do primeiro governo de Vargas, teve implicações diretas na inserção da Educação Física como conteúdo escolar no contexto educacional brasileiro, ou seja, favorecendo sua atuação no ensino secundário se comparado aos demais níveis de ensino.

Diante desse contexto, a Educação Física adquiriu uma função que esteve atrelada ao projeto político pretendido, nesse caso, nos moldes estipulados pelo governo Vargas. Juntamente com a educação moral e cívica, a Educação Física foi componente fundamental de uma proposta educacional configurada por objetivos claros de imprimir um sentimento de exaltação da nacionalidade e de moralidade à sociedade brasileira. Enfim, como era explícito na Constituição de 1937, promover para a juventude “a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação” (Brasil, 1937).

No caso argentino, as tensões em torno da definição das práticas da Educação Física no espaço escolar se configuraram, nas primeiras décadas do século XX, por duas posições distintas e institucionalizadas, conformadas pelas doutrinas “militarista” e “romerista”.

O *Sistema Argentino de Educación Física*, criado por Enrique Romero Brest⁴, se estabeleceu na escola primária argentina de maneira dominante durante as primeiras décadas do século XX (Scharagrodsky, 2006; 2015), em efetiva oposição aos exercícios militares e ao sistema *scántico* escolar (Scharagrodsky, 2006). A consolidação da proposta “romerista” como conteúdo dominante na escola argentina se deu por fatores de ordem epistêmica, político-educacional e no plano institucional de formação (Scharagrodsky, 2004a; 2015), isto é, uma articulação da autoridade atribuída a Romero Brest em relação à cientificidade de seu Sistema de Educação Física, em conjunto com sua visibilidade político-educacional⁵ na área que, por sua vez, estava estreitamente vinculada à criação de Cursos de Formação Docente, inicialmente como cursos temporários de exercícios físicos e, posteriormente, depois de várias reconfigurações, se afirmando como *Instituto Nacional Superior de Educación Física*.

Scharagrodsky (2015) indica que o *Sistema Argentino de Educación Física* esteve constituído basicamente por três características que o definiram e o dotaram de sentido: sua cientificidade como único recurso à verdade; sua postura higienista como única forma de justificação racional; seu ecletismo como elemento distintivo em relação a outros sistemas de exercícios físicos imperantes. Porém, o pensamento de Romero Brest não ficou isento de modificações entre fins do século XIX e fins da década de 1930, como pode ser percebido no estudo de Aisenstein (2003), onde são exploradas as mudanças no pensamento de Brest, sobretudo no que diz respeito às tensões entre ciência e espírito, e, dessa forma, apontando possíveis alterações na sua concepção sobre a Educação Física como disciplina e de sua função social. Pode-se dizer que o *Sistema Argentino de Educación Física* se caracterizou por uma postura pedagógico-científica, apoiada nos conhecimentos advindos da medicina, da higiene, da fisiologia e da pedagogia racional. “A fisiologia, a higiene e a pedagogia racional formam o tripé sobre o qual se apoiam as doutrinas do sistema”⁶ (Brest, 1911 apud Scharagrodsky, 2015: 160, tradução nossa).

Do ponto de vista de projeto de sociedade, em breve análise do plano “romerista”, é notável uma proposta de idealização de um corpo, de um modelo de homem argentino, com traços e características que viessem a reforçar o sentido de uma “*argentinidad*”. As orientações também definiram um ideal masculino e feminino, como observado nos estudos de Scharagrodsky (2004a; 2004b; 2006; 2015). Um

⁴ Enrique Romero Brest (1873-1958) foi um médico argentino que teve ampla dedicação e atuação em questões relacionadas à Educação Física na Argentina. Considerado o pai da Educação Física argentina, foi o fundador do primeiro Instituto Superior de Educação Física no país.

⁵ Enrique Romero Brest foi inspetor de Educação Física do Conselho Nacional de Educação (Aisenstein, 2003; Scharagrodsky, 2004), posição que contribuiu, evidentemente, para sua visibilidade no panorama da política educacional na Argentina.

⁶ “*La fisiología, la higiene y la pedagogía racional forman el trípode sobre el cual se apoyan las doctrinas del sistema*”.

arquétipo feminino foi desenvolvido e relacionado à maternidade, indicando certas práticas corporais com finalidades eugênicas; um padrão de homem também foi posto nas orientações do *Sistema Argentino de Educación Física*, possivelmente com mais visibilidade, destinado à formação de um cidadão forte, viril, empreendedor, corajoso, persistente e disciplinado.

Entretanto, em meados dos anos 1930, novos agentes sociais entraram em cena configurando um novo campo de disputas pelo espaço relacionado à Educação Física⁷, concomitante ao declínio da figura de Romero Brest. Nessas circunstâncias, os Professores militares, egressos da *Escuela del Ejército*, tiveram um papel central na reconfiguração da Educação Física por meio do controle de novas estruturas estatais, como a primeira *Dirección General de Educación Física y Cultura* do país, criada na Província de Buenos Aires em 1936, e o *Consejo Nacional de Educación Física*, criado em 1937; isto sob a influência de Professores e figuras militares. É possível citar ainda, como parte desse processo, a criação da *Dirección General de Educación Física Nacional*, no ano de 1938. Neste mesmo ano, o *Sistema Argentino de Educación Física* foi revogado das escolas argentinas (Scharagrodsky, 2006).

Como proximidades em relação à Educação Física, os casos brasileiro e argentino apresentam, na década de 1930, a considerável influência (e de certa forma as disputas) exercida, de um lado, pelos interesses militaristas e, de outro, pelas ideias médico-higienistas; essa condição foi se configurando ao longo das primeiras décadas do século XX. Entretanto, convém lembrar que essas influências adquiriram, em que cada país em questão, intensidades diferenciadas na conformação de uma Educação Física na escola. Isto se observa, por exemplo, no domínio do *Sistema Argentino de Educación Física*, de Enrique Romero Brest, durante as primeiras décadas do século XX.

Convém não perder de vista que os levantes de 1930 (no Brasil e na Argentina) tiveram em comum a intervenção incontestável do Exército, mesmo que nenhum dos dois tenha contado com a participação ativa da maioria das Forças Armadas. Ressalta-se, ainda, que o desfecho da crise política foi bastante diferenciado nos dois países. No caso brasileiro, inicialmente, o novo regime parecia indicar para uma solução afim aos interesses dos políticos oligárquicos dissidentes. Porém, logo as coisas tomaram um curso oposto ao argentino, pois as promessas de democratização foram primeiramente proteladas e depois frustradas (Fausto; Devoto, 2004).

Em termos comparativos, a questão da política nacional também aponta diferença notável entre os dois países. Os anos 1930 significaram para o Brasil uma acentuação do centralismo, e isso fica claro nas diversas atitudes governamentais da época, incluindo, nesse caso mais específico, as questões da educação. Em contrapartida, o poder central na Argentina se mostrava mais forte do que o brasileiro

⁷ As mudanças sociais e políticas ligadas ao golpe militar de 1930 – liderado pelo General José Félix Uriburu – desenharam um novo campo de disputas na regulação e controle dos corpos na Argentina (Scharagrodsky, 2006).

em tempos anteriores, o que também fica claro no caso educacional com a *Ley de Educación Común* nº 1.420, de 1884.

O esporte como estratégia política e educacional

No cenário da política educacional brasileira, outro acontecimento marcante se deu com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), após longa batalha de posições em torno da centralização/descentralização e dos conflitos entre os defensores da escola pública e os privatistas (Saviani, 2007; Cury, 2011;). A primeira LDB, de nº 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961, “buscou organizar, em um só ordenamento, todas as iniciativas concernentes à educação nacional como um todo” (Cury, 2011: 363). A obrigatoriedade da prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos, foi destacada no art. 22 da referida lei.

No período situado entre a implantação do regime ditatorial em 1964 e o processo de redemocratização dos anos 1980, a Educação Física, se ajustando as reconfigurações políticas, que por sua vez se adequaram ao modelo econômico, foi recurso utilizado, novamente de acordo com a intencionalidade governamental do período em questão (o que não chega a ser novidade), para o projeto de sociedade pretendido. “A implantação do Regime Militar em 1964, com todo o cerceamento às liberdades, trouxe uma profunda remodelação no sistema político, aprofundando um modelo de desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico então vigente” (Cury, 2011: 364).

De maneira perceptível, as mudanças na política educacional foram orientadas conforme o modelo político-econômico projetado, isto é, mantendo o espírito da “segurança nacional e desenvolvimento econômico”. Nessa linha de pensamento, é coerente ressaltar a participação externa, em especial dos Estados Unidos da América (EUA) – tal como ocorreu na economia –, na política educacional; esse fato se caracterizou, por exemplo, com os acordos MEC-USAID. No âmbito das reformas educacionais do período compreendido pelo regime ditatorial, são postos em relevo a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, conhecida como a Lei da Reforma Universitária, e a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, reformulando a LDB (Lei nº 4.024, de 1961). Para Saviani, com a aprovação da Lei 5.692/71, “buscou-se estender essa tendência produtivista a todas as escolas do país, por meio da pedagogia tecnicista, convertida em pedagogia oficial” (Saviani, 2007: 363).

Especificamente em relação à Educação Física, no contexto de mudanças educacionais, alguns fatos despertam atenção, como sua obrigatoriedade estendida a todos os níveis e ramos de escolarização – por força do Decreto-lei nº 705, de 25 de julho de 1969 – (Castellani Filho, 2005), com

predominância esportiva no ensino superior; sua presença, juntamente com o desporto, na Lei nº 5.540 (Reforma Universitária); e claro, sua obrigatoriedade estabelecida na Lei nº 5.692.

A Educação Física nesse período foi caracterizada pelas práticas esportivas como conteúdo predominante no ambiente escolar. Houve, nesse quadro, uma orientação relacionada à aptidão física. Na escola, a iniciação esportiva se fazia presente, especialmente a partir da quinta série de escolarização; e fora dela, a ênfase se voltava ao esporte de alto rendimento. Turmas organizadas por distinção de sexo e, de certo modo, pela seleção relacionada à aptidão física, faziam parte da configuração da Educação Física no espaço escolar. Ponto marcante também se deve, segundo relatos de Betti (1991), à expansão dos Cursos Superiores de Educação Física na década de 1970.

Carvalho (2008), ao relatar alguns aspectos do governo Médici (1969-1974), contribui para clarificar a importância destinada ao esporte (de alto rendimento) como elemento precioso no projeto de “Brasil potência”. Dessa forma, sua abrangência na escola e fora dela foi se configurando como fator estratégico no plano da política governamental. O governo Médici, diz Carvalho:

[...] ao mesmo tempo que reprimia ferozmente a oposição, apresentava-se como fase de euforia econômica perante o resto da população. Foi também o momento em que o Brasil conquistou no México o tricampeonato mundial de futebol, motivo de grande exaltação patriótica de que o general soube aproveitar-se para aumento da própria popularidade. (Carvalho, 2008: 168).

Foi também durante o governo Médici, por meio do Decreto nº 69.450, de 1 de novembro de 1971, que várias determinações relacionadas à Educação Física foram estabelecidas, ressaltando em seu texto as características apontadas anteriormente⁸.

É certo que não se ignora, diante de questionamentos levantados por Oliveira (2002), o cotidiano escolar em suas distintas particularidades, a ação dos sujeitos em relação ao regime vigente e, sobretudo, aos aspectos conflituosos ocorridos na sociedade. Contudo, vale esclarecer que o panorama apontado foi construído por meio das determinações legais estabelecidas no período estudado, o que, de certo modo, nos fornece base aceitável para as considerações realizadas.

No caso da Argentina, até 1940 a Educação Física escolar era contemplada por um conjunto de práticas, entre as quais se destacavam os exercícios e a Ginástica Militar, o *Scouting*, as *Rondas Escolares* (exercícios físicos associados com cantos) e, especialmente, o *Sistema Argentino de Educación Física* (Scharagrodsky, 2004b). O esporte até esta data foi excluído do contexto escolar, no entanto, fora dele, já era praticado por muitos homens. Porém, conforme assinala Scharagrodsky (2004b), no período

⁸ Decreto nº 69.450, de 1 de novembro de 1971: Regulamenta o art. 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do art. 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências.

entre 1940-1990, as práticas dos esportes predominaram na Educação Física escolar argentina, em especial, nos últimos graus do nível primário.

É possível notar, ainda, segundo os argumentos de Aisenstein (1998) e de Scharagrodsky (2004b), que devido aos questionamentos em relação ao *Sistema Argentino de Educación Física*, além da popularidade alcançada pelos esportes fora do espaço escolar e aos Professores esportistas que iniciavam a atuação como docentes nas escolas oficiais argentinas, houve certo avanço do esporte na escola. Outro fator que pode ter contribuído para esse quadro se deve aos fortes vínculos no ambiente esportivo mantidos pelo primeiro Diretor do que seria a *Dirección Nacional de Educación Física*, César Vázquez – que não havia passado pela formação e pelas propostas romeristas (Aisenstein, 1998; Scharagrodsky, 2004b). Esses acontecimentos, entre outros, favoreceram a inserção gradativa do esporte no currículo escolar.

A propósito, o esporte serviu como recurso elementar na estratégia política do primeiro governo de Juan Domingo Perón (1946-1955). A Educação Física neste período não só manteve sua importância enquanto conteúdo escolar, como também desfrutou de maior visibilidade se comparado ao apresentado em governos anteriores. As práticas vinculadas à Educação Física – em especial o esporte – eram consideradas como “instrumento eficaz na cooptação das massas e disciplinamento dos cidadãos, com vistas ao controle da mente e do corpo” (Schemes, 2007: 1). Embora as políticas esportivas do governo Perón se configuravam intensamente fora do âmbito escolar, é inegável que as repercussões desses movimentos também influenciavam as orientações curriculares da Educação Física escolar. Segundo Drumond (2009),

Na argentina peronista, as crianças deveriam ser iniciadas nas práticas esportivas ainda na escola. Em 1953, o Estado estabeleceu uma organização de estudantes secundaristas chamada *Unión de Estudiantes Secundarios* (UES), que reunia estudantes sob o pretexto da prática de esportes e atividades físicas. Em seu curto tempo de existência sob o governo peronista, a UES se tornou rapidamente uma entidade de alcance nacional e edificou instalações por todo o país, como o teatro Juan Domingo Perón, na capital federal (Drumond, 2009: 406).

Um trecho de Juan Domingo Perón – considerado o “Primeiro Desportista” argentino –, contido em “A força é o direito das Bestas”, de 1956, relata o lugar privilegiado das práticas esportivas no contexto argentino da época:

Nos ginásios de esportes, que complementavam a organização, dever-se-ia fortalecer e desenvolver o corpo e exercitar as virtudes viris, a coragem individual, a solidariedade e o espírito de equipe, mediante exercícios e provas apropriadas. A antiga ginástica, aborrecida e em geral inoperante, devia ser substituída pela prática esportiva,

entusiasta e ativa, semelhante às manifestações próprias do povo (Perón, 1956, apud Schemes, 2007: 1).

Outro ponto marcante na política esportiva de Perón – com destaque para a atuação social de sua esposa, Eva Perón – se firmava pela realização anual dos “Campeonatos Infantis Evita” de Futebol (que mais tarde contemplariam outras modalidades esportivas). Nessa representação de união, todo o equipamento necessário era disponibilizado pelo governo e os eventos contavam com ampla participação de crianças de todo o território nacional. Perón e Evita também marcavam presença nas finais destes campeonatos, que aconteciam em grandes estádios da Argentina (Schemes, 2007; Drumond, 2009). O fenômeno esportivo estava tão vinculado ao governo peronista que, além de seu contorno moral, de potencial físico e de integração nacional, desenvolveram-se, ainda, realizações de obras e preparação de melhores infraestruturas esportivas, organização de competições – como explicitado anteriormente – e, como contemplado no estudo de Galak e Orbuch (2015), a exaltação dos atletas como representantes de uma nação forte – servindo de referência para o conjunto da população.

No que se refere à visão de Estado apresentada no governo peronista, observa-se uma intervenção estatal ampliada em diversas dimensões sociais (Drumond, 2009), e o esporte, por sua vez, foi designado como elemento de importante ligação entre o governo de Perón e a sociedade civil. Nesse período, “o Estado designava aparelhos que tinham como objetivo organizar, patrocinar, promover e controlar as atividades esportivas nacionais” (Drumond, 2009: 399), o que pode ser considerado como fato inovador em relação às políticas esportivas na Argentina e ao seu impacto na formação de uma identidade nacional, isto é, na “Nova Argentina” de Perón.

Com o golpe de 1955, se assistiu uma redução significativa do apoio estatal em relação ao esporte. Para retratar as influências políticas no que concerne à Educação Física e os esportes, é possível indicar, apropriando-se dos Jogos Infantis Evita como exemplo, que no Golpe de Estado que derrubou o Presidente Juan Domingo Perón em 1955, se cancela a realização dos referidos Jogos. Esse evento retornou somente em 1973, com o volta de Perón à Presidência da Argentina. Com o Golpe de Estado de 1976, os Jogos Evita voltaram a ser interrompidos, retornando somente no ano de 2003, durante o governo de Néstor Kirchner⁹.

Importante não perder de vista, no contexto apresentado, que a segunda metade do século XX foi marcada pelos regimes ditatoriais na América Latina. Aí, conforme ressaltam Fausto e Devoto (2004), Brasil e Argentina representaram os casos típicos de instituição de regimes burocrático-autoritários. Contudo, isso não significa que os períodos de ditadura no Brasil e na Argentina não guardaram diferenças entre si.

⁹ Dados disponíveis em: < <http://www.jugosevita.gob.ar/historia/hitos/>>. Acesso em: 06 de out. 2016.

Entre questionamentos e perspectivas: os anos finais dos regimes ditatoriais

O desgaste dos governos autoritários comandados pelos generais João Baptista de Oliveira Figueiredo, no Brasil, e Reynaldo Bignone, na Argentina, obedeceu a distintos fatores, como por exemplo, a crise no início dos anos 1980 que afetou a maioria das economias da região, como também as falidas políticas de ajuste que os governos dos referidos países colocaram em prática para reduzir o desequilíbrio econômico externo (Aguilar, 2000).

Embora apresentando elementos comuns, a transição à democracia mostrou diferenças consideráveis entre Brasil e Argentina. Se no Brasil ela se deu por um processo lento e gradual de negociações, na Argentina o regime teve um fim abrupto, precipitado pela Guerra das Malvinas (Fausto; Devoto, 2004); uma transição por colapso (Aguilar, 2000).

No caso do Brasil, o enfraquecimento gradual do regime ditatorial e a crescente mobilização pela democratização da sociedade brasileira proporcionaram um cenário de exaltação popular acompanhado pelo sentimento de esperança no reordenamento político e social. Nesse sentido, os anos finais da ditadura se caracterizaram por um processo mais evidente de questionamentos e participação de vários segmentos da sociedade. Esse movimento crítico, consequentemente, gerou debates em relação às orientações pedagógicas e ao formato das políticas educacionais então vigentes no país. O universo teórico-prático adotado pela Educação Física, nessa dinâmica, também foi alvo de críticas que agora se tornavam explícitas. Os questionamentos giravam em torno da forma como a Educação Física era concebida na escola e fora dela; diferentes visões se manifestavam e assumiam uma postura crítica em relação às orientações hegemônicas que configuravam a Educação Física até então.

Juntamente com as críticas dirigidas ao modo de atuação da Educação Física na escola, emergiram propostas que vislumbravam uma prática educativa diferenciada, com intenções claras de transformação educacional. Esse processo pode ser atribuído, dentre outros fatores, ao aumento da produção científica crítica desenvolvida no âmbito das Universidades, em especial, nos programas de pós-graduação; a divulgação das ideias pedagógicas contra hegemônicas em congressos, revistas e outros canais de circulação do conhecimento; o fervor em torno da redemocratização; e o possível desgaste da abordagem predominante da Educação Física e do fenômeno esportivo inserido na instituição escolar.

A sociedade argentina, assim como no caso brasileiro, vivenciava a transição à democracia, e com ela uma nova perspectiva, a exemplo do Brasil, se tornava mais visível. Nesse contexto são perceptíveis algumas mudanças em relação à concepção de Educação Física e sua prática. Algumas críticas foram direcionadas à maneira de conceber o corpo até então; preocupações em questões de gênero e

ampliação de ofertas esportivas para as mulheres também foram pontos levantados nesse novo cenário. Enfim, foi se contemplando uma Educação Física com aspectos mais críticos do que já se tinha observado, o que não implicou necessariamente em uma mudança significativa no modo de se compreender a Educação Física dentro das políticas educacionais.

Inegavelmente, as manifestações de perspectivas críticas da Educação Física representaram um avanço qualitativo para a área. Contudo, resta saber qual o papel atribuído à Educação Física escolar (e ao esporte) no contexto das políticas públicas educacionais a partir destes questionamentos realizados.

Considerações finais

A Educação Física e seu lugar nas políticas educacionais foram reconfiguradas distintas vezes no período estipulado para o estudo. Brasil e Argentina apresentaram em relação à Educação Física (e ao esporte como estratégia política e educacional), aproximações e diferenças que marcaram e justificaram um estudo comparado. Este texto é uma primeira aproximação de um caminho que tem sido pouco explorado ainda.

Em termos comparativos, se a questão da centralização do poder em relação à educação já se conformava na Argentina desde a segunda metade do século XIX, onde o Estado nacional empenhou-se na construção de uma educação em escala nacional, foi somente a partir de 1930 que o Brasil estabeleceu com mais nitidez uma tentativa de organização da educação nacional. Isso se refletiu na Educação Física, onde é possível dizer que a Argentina estabeleceu uma Educação Física escolar nacional anterior ao caso brasileiro, o que, de fato, no Brasil começa a se desenhar a partir da década de 1930.

Referente ao fenômeno esportivo, que já era realidade fora do âmbito escolar, sua influência começou a ser significativa, especialmente a partir da década de 1940, como conteúdo da Educação Física escolar nos cenários brasileiro e argentino. Na Educação Física escolar argentina, os esportes figuraram como conteúdo predominante a partir de 1940. No caso brasileiro, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o esporte foi inserido gradativamente na Educação Física escolar, se fortalecendo como conteúdo dominante com o passar do tempo.

Embora o esporte se apresentasse como conteúdo escolar frequente no período anterior ao regime ditatorial instalado no Brasil, no ano de 1964, foi a partir desse momento que sua prática se aprofundou e se consolidou como referência para as ações da Educação Física na escola. Além disso, não se pode esquecer que o esporte serviu como estratégia política, também, fora do ambiente escolar, com destaque para o governo de Perón, na Argentina, e para o regime ditatorial (1964-1985), no Brasil.

Esse modelo adotado pela Educação Física despertou claros questionamentos e, notadamente nos anos 1980, começou a ser evidenciada uma perspectiva mais crítica na área em questão, tanto no Brasil quanto na Argentina. Com a manifestação de ideias contra hegemônicas, se revelaram propostas com intenções de transformação educacional e social. Evidentemente, as propostas surgidas no cenário de redemocratização da década de 1980 não significaram, necessariamente, que houve uma mudança no âmbito educacional. Torna-se difícil apontar, portanto, como algo que se constituiu definitivamente em escala nacional no Brasil e na Argentina, tendo em conta as particularidades de cada país e de cada instituição educacional.

Tendo em vista o panorama estudado, é possível estabelecer diferenças e semelhanças significativas nos respectivos cenários. Ademais, constatamos que por meio de determinações políticas se estabeleceram orientações para a Educação Física que se ajustassem as expectativas e demandas socioeconômicas dos contextos brasileiro e argentino no período considerado para o estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR, L. E. (2000). **Estado Deserto: Brasil – Argentina nos anos de 1982-1992**. Campinas, SP: FE/UNICAMP.
- AISENSTEIN, A. (1998). Deporte y escuela: Separados al nacer? **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, año 3, n. 11, Oct.
- AISENSTEIN, A. (2003). El discurso pedagógico en Educación Física. La Tensión ciencia versus espíritu en la conformación de una disciplina escolar. **Revista Brasileira de Ciências dos Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 83-99, set.
- BETTI, M. (1991). **Educação Física e sociedade: a educação física na escola brasileira de 1º e 2º graus**. São Paulo: Editora Movimento.
- BRASIL. (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 25 jan. 2018.
- CARVALHO, J. M. (2008). **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTELLANI FILHO, L. (2005). **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 11. ed. Campinas, SP: Papirus.
- CURY, C. R. J. (2011). Reformas educacionais no Brasil. In: SAVIANI, D. (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES.
- DRUMOND, M. (2009). Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 22(44), 398-421.

- FAUSTO, B.; DEVOTO, F. J. (2004). **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34.
- GALAK, E.; ORBUCH, I. P. (2015). La educación de los cuerpos “peronistas”. Un estudio a través de la prensa local de la zona metropolitana sur. **Historia de la Educación Anuario**, v. 16, n. 2, p. 189-207.
- MARINHO, I. P. (1952). **História da Educação Física e dos Desportos no Brasil: Brasil Colônia, Brasil Império, Brasil República (documentário e bibliografia)** Ministério da Educação e Saúde. Divisão de Educação Física. v. I. Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, M. A. T. (2002). Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 51-75, jan./jun.
- PAIVA, F. S. L. (2004) Contribuições da Hygiene à escolarização da Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 53-75, set./dez.
- SAVIANI, D. (2007). **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados.
- SCHARAGRODSKY, P. A. (2004a). El padre de la Educación Física Argentina: fabricando una política corporal generizada (1900-1940). **Perspectiva**, Florianópolis, 22, 83-119.
- SCHARAGRODSKY, P. A. (2004b). La Educación Física escolar argentina (1940-1990). De la Fraternidad a la complementariedad. **Anthropologica**, Lima, 22(22), 63-92.
- SCHARAGRODSKY, P. A. (2006). ‘Ejercitando’ los cuerpos masculinos y femeninos. Aportes para una historia de la educación física escolar argentina (1880-1990). **Revista Apunts Educación Física y Deportes**, Barcelona, 3(85), 82-89.
- SCHARAGRODSKY, P. A. (2015). El Sistema Argentino de Educación Física. Entre el científicismo, la higienización, el eclecticismo y la argentinidad. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 37(2), 158-164.
- SCHEMES, C. (2007). A educação física e o controle do corpo durante o governo de Juan Domingo Perón (1946-1955) na Argentina. **Lecturas Educación Física y Deportes**, 12(114), 1-8.
- SOARES, C. L. (2012). **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados.